



INFORMATIVO FINDECT – 004/2021

Bauru/SP, 21 de abril de 2021.

Após pressão nas redes sociais, discussão sobre o PL 591 é retirado de pauta no Plenário da Câmara, mas a mobilização continua!

Foi retirado da discussão de pauta, o Projeto de Lei 591, que autoriza a privatização dos Correios. O requerimento de urgência aprovado no dia 20, seria discutido nesta quinta-feira, 24, na Câmara.

A pressão realizada nas redes sociais pelos trabalhadores e pelos Parlamentares que votaram contra o requerimento de urgência, motivou a retirada da pauta de discussão nesta quinta-feira (22).

O governo Bolsonaro segue na contramão dos demais países que trabalham para ter um Estado forte e não privatizaram seus Correios. Aqui, com o governo neoliberal de Bolsonaro, quer-se acabar com o Estado a toque de caixa, priorizando projetos de desmonte de estruturas públicas essenciais ao povo brasileiro.

A aprovação do requerimento de urgência do PL 591 representa mais uma ameaça aos 90 mil trabalhadores, ao povo e um retrocesso que deve ser impedido, uma vez que a privatização dos Correios levará o país a um apagão postal, deixando milhares de municípios sem o serviço dos Correios Estatal.

"Foi a primeira e importante vitória dos trabalhadores em meio aos ataques do governo Bolsonaro, graças à mobilização nas redes sociais e do trabalho dos Parlamentares que se posicionaram contrários ao projeto que autoriza a venda dos Correios. Quero agradecer especialmente aos trabalhadores e sindicatos que souberam dar mais uma grande demonstração de unidade e de mobilização na defesa dos interesses da categoria ecetista, agora é intensificar os trabalhos e a pressão aos Deputados Federais", ressalta José Aparecido Gandara, presidente da FINDECT.


Elias Diviza, vice-presidente, disse ainda que é preciso ***"fortalecer a mobilização nas redes sociais pressionando os parlamentares, compartilhando os materiais produzidos que desmentem a farsa desse projeto de privatização, convocamos uma reunião da Diretoria da FINDECT para definirmos as ações sindicais, políticas e jurídicas em defesa de uma pauta unitária da categoria ecetista"***.

O governo federal e os parlamentares tem que deixar a ECT prestar o seu serviço essencial ao povo brasileiro carente de serviços públicos de qualidade. É preciso priorizar, em toda a administração pública brasileira, o que pode salvar vidas, comprar vacinas, investir e fortalecer os serviços públicos como fazem outras nações hoje em situação bem melhor que o Brasil. Há uma guerra contra a Covid-19, e com Estado fraco não há como avançar e tampouco superar as sequelas deixadas pelo novo coronavírus.


Se todos os 90 mil ecetistas e seus familiares entrarem firmes na luta, concentrados na pressão sobre os deputados, cada um fazendo sua parte, é possível reverter e derrotar a iniciativa entreguista e privatista do governo Bolsonaro e impedir a aprovação do PL 591/21.

A luta e mobilização agora tem que ser ainda mais forte para impedir a aprovação na votação nos plenários da Câmara e do Senado!

Saudações sindicais,




José Aparecido G. Gandara
FINDECT - SINDECTEB



Elias Cesário de B. Junior
FINDECT - SINTECT/SP



Douglas Melo
Diretor de Imprensa



Marcio Roberto Martins
FINDECT- SINTECT/MA



Ronaldo Ferreira Martins
FINDECT - SINTECT/RJ



Telma Milhomem Borges
FINDECT (SINTECT/TO)